

## I - RESULTADO FISCAL DO TESOURO NACIONAL: JULHO/98

Em julho de 1998, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 558,7 milhões, contra um déficit de R\$ 1.472,1 milhões em junho e um superávit de R\$ 31,7 milhões em julho de 1997. No acumulado do ano o resultado primário foi superavitário em R\$ 4,0 bilhões (0,8% do PIB), contra R\$ 3,1 bilhões (0,6% do PIB) em igual período de 1997.

<b>NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO TESOURO NACIONAL (*)</b>						
Em R\$ milhões	1997		1998		1997	1998
	JUN	JUL	JUN	JUL	JAN-JUL	JAN-JUL
<b>I - RECEITA TOTAL</b>	<b>8.437,4</b>	<b>9.765,7</b>	<b>8.868,7</b>	<b>10.308,8</b>	<b>64.520,1</b>	<b>76.926,0</b>
I.1. Administrada pela SRF	8.404,1	9.212,4	8.642,8	10.182,9	60.079,7	68.617,3
I.2. Restituições (-)	-514,6	-487,6	-665,6	-672,6	-1.219,4	-1.627,7
I.3. Diretamente Arrecadada	536,9	595,6	611,1	608,0	3.875,3	4.090,1
I.4. Demais	166,4	500,2	284,6	198,9	2.167,0	6.314,2
I.5. Incentivos Fiscais	-155,4	-55,0	-4,2	-8,4	-382,5	-467,9
<b>II - DESPESA TOTAL</b>	<b>8.229,7</b>	<b>9.734,0</b>	<b>10.340,8</b>	<b>9.750,1</b>	<b>61.456,5</b>	<b>72.928,4</b>
<b>II.1. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>1.585,1</b>	<b>1.738,2</b>	<b>1.788,3</b>	<b>1.870,9</b>	<b>13.457,8</b>	<b>16.000,7</b>
<b>II.2. DESPESAS DA ADM.FEDERAL</b>	<b>6.487,6</b>	<b>7.790,1</b>	<b>8.410,4</b>	<b>7.729,5</b>	<b>47.004,7</b>	<b>55.892,9</b>
II.2.1. Pessoal e Encargos	3.263,7	4.179,8	4.555,2	3.538,5	23.961,6	27.656,2
II.2.2. Despesas de Custeio e Capital	3.223,9	3.610,3	3.855,2	4.191,1	23.043,0	28.236,7
II.2.2.1 - Abono e Seguro Desemprego	369,5	292,2	392,1	259,6	2.344,8	2.393,0
II.2.2.2 - Desapropriação de Terra Para Reforma Agrária	9,1	55,7	44,5	16,2	220,1	165,8
II.2.2.3 - Outras Despesas de Custeio e de Capital	2.845,3	3.262,5	3.418,6	3.915,3	20.478,1	25.678,0
<b>II.3. SUBSÍDIOS</b>	<b>157,0</b>	<b>205,6</b>	<b>142,1</b>	<b>149,7</b>	<b>994,1</b>	<b>1.034,8</b>
II.3.1. Operações Oficiais de Crédito	140,0	141,0	94,9	78,1	912,3	703,8
II.3.2. Fundos Regionais	17,0	64,7	47,2	71,6	81,7	331,0
<b>III - RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>207,7</b>	<b>31,7</b>	<b>-1.472,1</b>	<b>558,7</b>	<b>3.063,6</b>	<b>3.997,6</b>
<b>IV - RESULTADO PRIMÁRIO / PIB</b>					<b>0,6%</b>	<b>0,8%</b>

(\*) Governo Central exceto arrecadação própria e benefícios pagos pelo INSS e Bacen.  
Dados Preliminares.

A reversão na trajetória do resultado primário de junho a julho de 1998, *vis-a-vis* a do mesmo período de 1997, pode ser explicada pelo pagamento da parcela de adiantamento do 13º salário do funcionalismo público deste ano no mês de junho, ao passo que em 1997 tal pagamento foi realizado em julho.

A melhora do resultado deste mês, comparativamente a junho, em grande parte se deve à elevação em R\$ 1,4 bilhão no total das receitas auferidas pelo Tesouro Nacional. Nesse item destaca-se o crescimento de 19,2% nas receitas administradas (líquidas de restituições) pela Secretaria da Receita Federal, decorrente, basicamente, dos seguintes fatores:

- i) elevação em R\$ 712,8 milhões da arrecadação verificada no IRRF - Rendimento de Capitais, decorrente da mudança na sistemática de tributação dos rendimentos provenientes das aplicações em fundos de renda fixa, indicando um crescimento de 150,3%<sup>1</sup>;
- ii) pagamento da primeira cota e da cota única do IRPJ e CSLL, incidentes sobre o resultado trimestral encerrado em junho. O incremento do IRPJ e da CSLL foram – respectivamente - de R\$ 330,2 milhões e R\$ 155,4 milhões; e
- iii) acréscimos na arrecadação dos tributos com apuração semanal, dentre os quais o IRRF - Rendimentos do Trabalho – R\$ 238,7 milhões – e a CPMF – R\$ 135,3 milhões, devido à ocorrência de cinco semanas de fatos geradores em julho, contra quatro em junho.

Comparado a julho de 1997, a arrecadação líquida do mês cresceu 9%, o equivalente a R\$ 785,5 milhões. Dentre os itens da receita que apresentaram oscilações mais expressivas, o mais importante foi o IRRF - Rendimento do Capital (incremento de R\$ 733,2 milhões), decorrente da elevação da alíquota – em janeiro deste ano - para as aplicações em renda fixa e decorrente da mudança na sistemática de cobrança do tributo em vigor a partir de julho. Nas demais receitas, houve uma redução de R\$ 301,3 milhões em relação a julho do ano passado, devido a ocorrência – naquele mês – de receitas de participação e dividendos (R\$ 134,4 milhões) e outorga de serviços de telecomunicações (R\$ 135,4 milhões), não ocorridas em julho deste ano.

A receita total do Tesouro Nacional acumulada no ano foi superior em R\$ 12,4 bilhões à receita acumulada no mesmo período de 1997, representando um crescimento de 19,2% no período. Desse total, R\$ 8,5 bilhões foram receitas administradas pela SRF, sendo responsável por este incremento a elevação das alíquotas do Imposto de Importação (aumento de três pontos percentuais a partir de 13/11/97, Dec. nº 2.376/97), do IPI sobre bebidas (aumento em cerca de 10% a partir de 21/11/97, AD 74/97), do IRRF - Trabalho (de 25% para 27,5%, a partir de 01/01/98) e Capital (de 15% para 20%, entrada em vigor a partir de 01/01/98). Outros R\$ 3,9 bilhões foram decorrentes da outorga de serviços de telecomunicações nos sete primeiros meses do ano.

A despesa total do Tesouro Nacional em julho deste ano atingiu R\$ 9,8 bilhões, apresentando uma redução de R\$ 590,7 milhões em relação ao mês anterior. O determinante desta queda foi a redução de R\$ 1,0 bilhão nas despesas de Pessoal e Encargos, em virtude do pagamento em junho do adiantamento do 13º salário do funcionalismo público, no valor de R\$ 1,4 bilhão<sup>2</sup>.

As despesas de custeio e capital apresentaram em julho um acréscimo de R\$ 335,9 milhões comparativamente a junho – aumento de 8,7% -

---

<sup>1</sup> - Pela nova sistemática os fundos de renda fixa passaram a ser tributados na data de aniversário da aplicação, ao passo que até junho a tributação ocorria na data de resgate.

<sup>2</sup> - Em 1997 o 13º salário foi pago em julho, enquanto no corrente ano este pagamento foi realizado em junho. Deve ainda ser considerado que nos meses de julho e janeiro aumentam as despesas para pagamento do adicional de férias do funcionalismo público.

dos quais R\$ 99,5 milhões referem-se ao incremento de gastos com Saúde e Educação (crescimento de 6,7%). Da mesma forma, em relação a julho do ano passado, ocorreu aumento das despesas de custeio e capital (no valor de R\$ 580,8 milhões) dos quais R\$ 271,7 milhões devido às despesas com Saúde (R\$ 145,4 milhões), Educação (R\$ 97,0 milhões) e LOAS (R\$ 29,3 milhões).

As despesas no mês de julho com Transferências a Estados e Municípios elevaram-se em R\$ 82,6 milhões em relação a junho, sendo que R\$ 67,0 milhões deveu-se às transferências constitucionais, captando – em grande medida - a trajetória das receitas do imposto de renda no período.

Os gastos com incentivos à agricultura e às exportações nacionais, realizados por meio das operações oficiais de crédito, somaram R\$ 78,1 milhões. Deste total, R\$ 45,7 milhões destinaram-se às operações de Aquisições do Governo Federal - AGF, utilizadas para compra de produtos agrícolas e para fazer face às despesas com a manutenção de estoques junto à Conab. Foram vendidos R\$ 25,1 milhões dos estoques de AGF, resultando em uma despesa líquida das operações do AGF de R\$ 20,6 milhões.

Foram liberados R\$ 1,1 milhões para operações de EGF (Empréstimos do Governo Federal) e R\$ 8,2 milhões para empréstimos de custeio e investimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Além disso, foram liberados R\$ 3,0 milhões para o programa de garantia e sustentação de preços na comercialização de produtos agropecuários.

Foram destinados, também, R\$ 45,1 milhões, para fazer face às despesas com a equalização de taxas, ao Programa de Financiamento à Exportações - Proex, com a finalidade de conceder financiamentos a exportadores.